

FORMAÇÃO DE ELITES OU EDUCAÇÃO DO POVO? CONFRONTO EM TORNO DA IDEIA DE UNIVERSIDADE E DOS OBJECTIVOS DA UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO EM 1912

Em AA VV, *O oral, o escrito e o digital na história da educação – 2 a 5 de Abril de 2002*, Porto Alegre, RS, Brasil, Ed. Unisinos, Textos Completos, ISBN 86-7431-103-0, 2003 (editado em CD).

Artur Manso

Universidade do Minho – Braga/Portugal

1. Em torno do conceito de Universidade

Com o dobrar do século e a anunciada passagem do milénio, sendo que o século XX foi o grande responsável pela vulgarização da educação, cabe perguntar se o povo tem beneficiado com o ensino nos mais altos graus.

A Universidade é uma instituição ainda não milenar, é mais uma criação humana que pôde florescer a partir do século XII na já milenar Europa, por vontade de uns quantos decisores, sempre arredada do Povo. Ela quis, na sua essência formar elites, e hoje tem de educar as massas.

Assim teremos que repensar o papel da Universidade quer enquanto formadora de elites, quer enquanto geradora de escóis. Até porque as elites, com maior ou menor frequência, vão-se regenerando quase automaticamente, mas os escóis, para se formarem e introduzirem os melhores em cada campo da actividade humana e do desenvolvimento particular dos povos, têm de se procurar constantemente, juntando naturalmente a capacidade inata de cada um a uma educação/formação adequada ao pleno desenvolvimento da mesma, para que o saber e o saber-fazer se possam tornar indistintos. Nesta ordem de ideias lembra-nos Portela que "a busca deve ser geral, isto é, sem exclusão de classes. O ensino deve ser flexível e ajustado aos discentes. O professores devem

constituir um 'escol', até porque para um mestre seria um lapso imperdoável ter convivido com um aluno que o futuro mostrou ser genial e não ter dado por isso"¹.

As sociedades democráticas, estão longe de garantir condições de igualdade a todos os seus membros. Daqui resulta que nem sempre os melhores, são promovidos aos lugares que naturalmente merecem, mas sim os mais conhecidos e os que detêm maior influência na sociedade. Podemos dizer que a incompetência das elites é responsável muitas vezes pela má organização social. Neste sentido, Veiga Simão lembra-nos que "as elites que se auto-sustentam ou que se refugiam em sistemas corporativos, sem se abrirem à avaliação continuada, provocam a formação de obsolescências orgânicas e determinam o envelhecimento das instituições, impedindo a sadia competitividade no exercício de competências. Arrogando, permanentemente, o monopólio das decisões, cultivam a intemporalidade e perdem oportunidades sucessivas"².

Mas se a instituição universitária tal como tinha sido pensada começou a ser posta em causa no século XIX, devido ao aparecimento de novas disciplinas e à necessidade de responder aos novos campos do saber, bem como à formação de profissionais para lidar com esses conhecimentos, espartilhando as universidades num múltiplo rol de faculdades a elas associadas, também é certo que o conhecimento, finalmente, ficou mais próximo dos socialmente menos poderosos. Morujão faz notar que "a Universidade era acusada de formar elites seleccionadas pela riqueza e pelo poder das classes sociais de onde provinham os estudantes. Com o critério da igualdade de oportunidades para todos, hoje e com o aumento da população que, feitos os estudos secundários pretende acesso ao ensino superior, a Universidade transformou-se em instituição de massas e o ensino universitário massifica-se também, degradando-se ao nível de curso profissional"³.

¹ Portela, António Gouvêa, "Sociedades. Elites. Gestores", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 111.

² Simão, José Veiga, "A importância das Elites", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 131.

³ Morujão, Alexandre Fradique, "Universidade", in AA. VV., *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. 5, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1992, col. 334.

Perdida a unidade do saber, é por isso necessário encetar o retorno ao ponto de origem, ou então mudar o nome a uma instituição que parece já não cumprir os objectivos para que foi criada⁴.

Contudo, outros pensam que apesar de tudo "A tarefa da Universidade é (...) perfeitamente clara: não se trata de ensinar somente a parte teórica cortada das aplicações técnicas, mas de iniciar ao estudo crítico, que procura erigir em teoria crítica os campos do saber"⁵.

Se nos questionarmos que ensino de massas fornecem as Universidades, olhando a realidade portuguesa vemos que as Universidades preparam para o emprego, fundamentalmente, mas não desleixam as elites. Se não vejamos: nem todos aqueles que pertencendo às "massas" e que até têm os pré-requisitos para ingressar no ensino superior, o podem fazer, quer porque não têm vagas nas Universidades devido aos numeros clausus, quer por não terem suporte financeiro para tantos anos de estudo que se avizinham. a ser assim, os melhor preparados cognitivamente, acedem com mais facilidade à Universidade e estes vêm sempre das elites porque têm outro poder económico, permitindo-lhes colmatar as falhas das escolas oficiais na divulgação massificante do saber.

A ordem teórica que presidiu ao estabelecimento das universidades com a necessidade de responder aos desafios da comunidade foi-se diluindo, e hoje, face ao poder tecnológico, tende cada vez a ensinar aquilo que mais rentável for, para assim se poder auto-financiar. A parte prática, a técnica, obnubila o ensino teórico, e este como não é passível de gerar grandes receitas, tenderá a desaparecer ou tornar-se-á um "fóssil" da humanidade tecnológica.

Face a tais cenários, surge a opinião pessimista de alguns universitários: "Tal como, na Antiguidade, os Sofistas venceram Sócrates e o discurso exterior da retórica venceu o discurso interior da dialéctica, também, na Modernidade, a Universidade da Universidade abstracta, a Universidade do *Intelecto Universal*, venceu a Universidade do *Intelecto Individual*"⁶. E este descrédito, na opinião deste universitário, acontece porque "Na moderna Universidade, não

⁴ Cf. Gonçalves, Joaquim Cerqueira, "Universidade, Humanidade e Cidadania", in AA. VV., *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1999.

⁵ Renaud, Michel, "Universidade, Humanidade e Cidadania", in AA. VV., *Revista Portuguesa de Filosofia*, 52, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1996, p. 759.

participamos na criação do saber, somos apenas obrigados a repisar, automaticamente e sem discussão, as tarefas redentoras, que a ciência e a técnica assumiram ser em exclusividade"⁷.

Sem grandes conceitos agregadores, tal como o Cosmos de que os antigos falavam com tanta veneração, ou o sentido salvífico e escatológico de que o mesmo Cosmos se revestiu com os medievais, resta apenas uma universidade "mercantil", que parece confundir toda a história da humanidade com o perfeccionismo económico dos últimos anos. Talvez e mais uma vez, se possa dar a palavra a um académico que nos anos 50 dizia que "A Universidade terá deixado de existir quando o seu saber tiver degenerado no que agora se designa por investigação, quando o seu ensino se tiver transformado em mera instrução, ocupando todo o tempo do estudante, e quando os que vêm para serem ensinados vierem não em busca do seu destino intelectual mas com uma vitalidade tão debilitada ou tão minguada que apenas desejem que lhes seja dispensada uma utilitária bagagem moral e intelectual, quando vierem sem qualquer compreensão dos estilos da conversação, desejando somente uma qualificação para ganhar a vida ou um certificado que lhes abra a porta para a exploração do mundo"⁸.

As dúvidas quanto ao papel das Universidades são cada vez mais. Tanto mais que o bom senso dos críticos universitários sabe que a Universidade mais não é que "uma instituição particularmente bem adaptada às fraquezas e à ignorância da humanidade, porque a sua excelência não depende do aparecimento de um génio universal, sabendo embora como acolher algum que acaso acabe por despontar"⁹.

Era comum aceitar e reconhecer o saber universitário como integrador da humanidade e a sua procura como um processo desinteressado de cada qual. O saber tinha um valor próprio só por si. Não era necessário fazer valer a sua eficácia na afirmação de domínio ou prevalência em qualquer actividade social. As pessoas gostavam mais de aprender para saber do que aprender para

⁶ Gonçalves, Joaquim Cerqueira, *Ibidem*, p. 13.

⁷ *Ibidem*, p. 13.

⁸ Oakeshott, Michel, "A ideia de Universidade", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 34.

trabalhar. "A Universidade procura(va) o desenvolvimento de uma forma de espírito mais que a aquisição de conteúdos de aprendizagem"¹⁰. E o mesmo autor aponta que "Medidas a este critério, não há dúvida que várias faculdades ou departamentos universitários são mais parecidos com escolas secundárias ou escolas profissionais que com instituições universitárias"¹¹.

Parece ser preciso repensar a Universidade, como se calhar de uma forma ou de outra sempre o foi. E podemos mesmo, apesar de todas as críticas, aspirar a uma renovação da mesma. Já as Bases da constituição universitária de 1911, recalcando em parte o sistema universitário alemão, passaram a considerar a Universidade na tripla vertente ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade, que mais ou menos ainda hoje assim é considerada¹².

A questão universitária ganha hoje em dia contornos diferentes com o fortalecimento da cultura pós-moderna, mas também é certo que apesar de todas as críticas ela vai subsistindo e reformando-se mais ou menos de acordo com o sentir geral da sociedade actual. E são os próprios universitários, professores e investigadores mais empenhados em acompanhar a inevitabilidade das mudanças dos tempos actuais, que tentam definir para a Universidade um novo papel sem contudo negar a sua tradição secular. Renaud diz-nos que "A universidade ganha em não querer ocupar a totalidade do terreno das actividades consideradas como sendo de primeira categoria e reciprocamente uma actividade não precisa do reconhecimento universitário para ter socialmente o seu direito de cidadania"¹³.

Estas considerações levam-nos assim à segunda parte do trabalho, onde analisaremos os princípios subjacentes à abertura em 1912, no alvorecer do espírito republicano, da Universidade Popular do Porto, que teve em Jaime Cortesão, um influente ideólogo e dinamizador. Cortesão, nesta sua cruzada, mostrou apenas a profunda convicção do que ainda é hoje o pensamento de

⁹ *Ibidem*, p. 27.

¹⁰ Renaud, Michel, *Ibidem*, p. 759.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Cf. Rosa, Manuel Carmelo, "Apontamentos para a evolução do conceito de Universidade em Portugal", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 151.

¹³ Renaud, Michel, *Ibidem*, p. 760.

ilustres universitários, já que são recentes as seguintes palavras de Mariano Gago: "O saber superior germina, não na Universidade em si mesma, mas nas casas do artesanato do saber, nas oficinas de investigação que o mecenato público, por vezes privado, cobre do seu manto culto, e onde não há alunos, nem professores, nem contínuos, mas artesãos, aprendizes, às vezes mestres"¹⁴.

Fundamentos e objectivos da criação da Universidade Popular do Porto em 1912

A República, instituída em 1910, interessou-se particularmente pela educação, incluindo as Universidades. Os homens do movimento cultural português 'Renascença Portuguesa', associaram-se a estes princípios e no que às Universidades dizia respeito, uma vez que já se tinha iniciado a "expansão institucional do ensino universitário através da criação das Universidades de Lisboa e do Porto, ainda que pela integração das Escolas Superiores já existentes nestas cidades quebrando o monopólio que até então era exercido pela Universidade de Coimbra"¹⁵, bem como pela prática que se queria iniciar de difundir a "alta cultura, através de processos de extensão universitária"¹⁶.

Jaime Cortesão, em nome da 'Renascença', lançou então as bases para a constituição da Universidade Popular do Porto. O seu empenho é tal que apoiará a institucionalização prática deste pólo cultural, com uma fundamentação teórica simultânea do mesmo em vários artigos publicados em *A Vida Portuguesa*, entre Novembro de 1912 e Fevereiro de 1914. Esta revista parecia funcionar como o boletim da Universidade Popular, já que grande parte do seu conteúdo versava sobre os esforços que se iam fazendo para manter a instituição em funcionamento e de a poder alargar através da abertura de instituições semelhantes como é o caso da cidade de Vila Real, Coimbra ou Póvoa do Varzim.

¹⁴ Gago, José Mariano, "Elogio da Superioridade: uma ideia feroz de Universidade", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 71.

¹⁵ Rosa, Manuel Carmelo, *Ibidem*, p. 129.

¹⁶ *Ibidem*, p. 129.

O ressurgimento da cultura e da arte popular ganhava novos contornos com a tentativa de levar mais educação a todos aqueles que a vida tinha empurrado para o trabalho manual nas fábricas e nos campos.

Estes intelectuais, imbuídos de um ideal anarquista e libertário, começaram a copiar os modelos estrangeiros que já tinham proposto tal desiderato, nomeadamente o francês.

O interesse pelo Povo, ressurgia num novo panorama cultural. Embora o que se pretendia ensinar nestas Universidades, nos vários planos de curso, alguns dos quais estão publicados em *A Vida Portuguesa*, não fosse de fácil assimilação a um proletário ou artesão, que nunca teve mais instrução que o normal saber ler, escrever e contar, tendo muitas dificuldades em acompanhar com atenção aulas que percorriam a ritmos vertiginosos todos os campos do saber humano.

Contudo, os intelectuais da Renascença, sonhavam com a formação de um homem novo, que como disse milhares de vezes Leonardo Coimbra fosse um *templo da liberdade* e indagador irrequieto da Verdade, e dizia poeticamente nos assentos parlamentares que "O Povo é a terra boa, fecunda e generosa, onde a árvore da vida social, vai buscar a secreta substância das suas mais altas florescências"¹⁷.

Os tempos eram de grande turbulência e os direitos civis estavam longe de estar garantidos. Os governos pareciam resultar de compromissos conspiratórios, onde os postos de comando se atribuíam de acordo com os interesses das facções e a competência exigida para o desempenho das funções ministeriais, nem sempre prevalecia. Falava-se muito do Povo, mas as iniciativas destes movimentos culturais, sedimentavam-se sempre nas grandes cidades, e o resto do país parecia continuar esquecido na labuta diária numa agricultura de subsistência tão pouco compensadora. O Povo a que se dirigiam as Universidades Populares era apenas o Povo urbano, apesar de tudo mais interessado e participativo na vida do país.

A 'Renascença Portuguesa' cedo se tornou um movimento 'regional' logo após as dissidências de colaboradores como António Sérgio, Jaime Cortesão e

outros que imediatamente fundaram, em Lisboa, junto ao poder instituído, o movimento sócio-cultural da 'Seara Nova'. O caso de Fernando Pessoa, mais afastado do interesse político imediato, é também significativo, pois por discordância com o ideário da 'Renascença' abandonou-a para fundar com Mário de Sá Carneiro, o movimento do 'Orpheu'.

Para os nossos objectivos, e sabendo que a educação liberal ganhava agora um estatuto próprio, que resultava também do forte combate de todos os sectores culturais à Igreja instituída, acusada de ser a principal responsável pelo obscurantismo e deseducação a que o povo era votado. Em Portugal para lá de se conseguir a laicização do Estado e com ele a proibição do ensino religioso nos sistemas de ensino oficial, grassava um ódio particular perante o jesuitismo.

O que para nós importa, numa época em que se fala cada vez mais em educação do povo, volvidos quase 100 anos do surgimento destas experiências é trazer à luz algumas das ideias sobre a função e os objectivos das Universidades Populares que surgiram no seio da 'Renascença' e indagar se apesar da difusão alargada da cultura e do ensino oficial, bem como da proliferação actual dos meios de comunicação social, o Povo se encontra mais 'culto', ou se pelo contrário seria necessário mais esforço e mais investimento na educação para preservar a cultura plural e democrática.

Hoje em dia há de facto muita informação controlada por um grupo restrito de indivíduos. O saber só interessa no sentido em que proporciona um melhor nível de vida. A participação cada vez tem mais porta-vozes esclarecidos e uma imensa multidão que apenas é arrastada para as causas para fazer parte da multidão informe que agita as bandeiras.

O que quer dizer que embora estejam reunidas as condições para a assunção plena dos ideais iluministas, "a saída do homem da sua menoridade pelo exercício do pensamento", nas palavras de Kant, o comodismo e a vida fácil, parece que adormeceram o pensamento crítico, e este vai permanecendo letárgico numa consciência colectiva cada vez mais banalizada pela facilidade informativa e imediatista dos mass-média, quase sempre mal esclarecidos e

¹⁷ Coimbra, Leonardo, "A questão Universitária", in *Obras de Leonardo Coimbra*, vol. I, selecção, coordenação e revisão de Sant'anna Dionísio, Porto, Lello & Irmão, 1983, p. 626.

servidos por profissionais pouco escrupulosos que para vender publicidade e enriquecer as suas empresas não olham a meios para alcançar os fins.

Para além da informação ser maior, os tempos actuais têm ainda como desafio educativo alertar as consciências para as realidades nacionais. Há cada vez maior aglomerado populacional na orla litoral, e cada vez mais deserto no interior dos países. As pessoas são agora estrangeiras na própria terra, com laços comunitários débeis e famílias precárias, parecem ter uma existência a prazo, tal como vão vivendo a prazo as suas vidas materiais.

Paul Ricoeur num laivo idealista e pensando as especificidades do seu tempo no que concerne ao ensino e à educação, diz-nos que resiste "sempre à ideia segundo a qual a universidade seria feita apenas para os jovens. A universidade deveria ser um lugar ao qual se voltasse várias vezes durante a vida. Teremos em breve uma grande quantidade de reformados. Ora, envelhecemos da mesma maneira com que fomos educados. Se cessarmos demasiado cedo de aprender, preparamos uma velhice inculta"¹⁸. Por isso nos deixa as seguintes palavras: "Se tenho alguma utopia a formular será a de que todo o homem tem direito a frequentar a universidade num momento qualquer da sua vida. A distinção entre as universidades da terceira idade e as outras parece-me ser a este respeito lastimável. É preciso integrar todas as idades, pois as nossas sociedades sofrem também desta separação e da ausência de comunicação vertical entre as gerações. E a universidade reforça estas separações"¹⁹.

Jaime Cortesão deixa logo assente no seu primeiro artigo porque foi necessário fundar as universidades populares. Primeiramente, porque a sua fundação fazia parte do conteúdo programático da Renascença Portuguesa. Depois, porque da França vinha o exemplo das Universidades Populares criadas com o intuito de alargar os conhecimentos do povo operário, vergado desde cedo ao peso do trabalho braçal e em consequência, afastado de poder prosseguir estudos até aos níveis mais elevados de aprendizagem. Mas Cortesão não quer que Portugal dirija este ensino apenas aos mais iletrados, uma vez que entende

¹⁸ Ricoeur, Paul, "É importante manter, desde o início, a dimensão política da educação", in Kechikian, A, (org.), *Os filósofos e a educação*, trad., Lisboa, Colibri, 1993, p. 75.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 75-76.

por Povo “todos os portugueses a qualquer classe que pertençam, tenham estes frequentado seja que curso for e considerar esse Povo, todo o Portugal, como falho de educação”²⁰.

A ser assim, não era apenas a ideia romântica que um Povo pouco instruído poder viver mais intensamente a sua comunhão natural com aquilo que o rodeia, que preocupava mais este autor, já que são suas as seguintes palavras: “Temos de entender por Povo todos os Portugueses a qualquer classe que pertençam, tenham eles frequentado seja que curso for”, pois ou “o Povo é completamente ignorante, o que em muitos casos ainda é o mais desejável, ou sofreu uma educação cheia de taras jesuíticas, o que equivale a dizer que perdeu ainda mesmo certas qualidades de instinto e espontaneidade”²¹.

Para estes intelectuais, a ideia principal era que o ensino fortalecesse “o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valoriza não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade, que a primeira deve implicar”²². E este pensamento enraíza-se fundo no sentir de uma colectividade.

Na altura falava-se muito de cosmopolitismo. Kant já em 1784, tinha publicado o opúsculo intitulado *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. E é interessante que um indivíduo como Kant, que raras vezes saiu de Königsberg, leitor e seguidor do ideário sócio-político de Rousseau, pietista confesso se preocupe com a dimensão universal dos indivíduos individuais.

Os teóricos da Renascença, no ambiente tenso da revolução, não toleravam nem aceitavam discutir as virtudes do ensino jesuítico. A intelectualidade limitava-se a acompanhar o anticlericalismo que grassava um pouco por toda a Europa e condenava sem piedade tudo aquilo que pudesse ser associado à secular estrutura religiosa. Mesmo que muitos dos críticos tivessem acedido à cultura e tivessem sido ensinados por esses métodos que agora tanto abominavam.

²⁰ Cortesão, Jaime, "As Universidades Populares - sua missão e necessidade em Portugal", in *A Vida Portuguesa*, nº 3, Porto, 1912a, p. 19.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

Os tempos conflituosos da revolução republicana, convidavam ao excesso e renovavam a esperança de uma transformação social profunda que devolvesse ao Povo português um lugar de destaque no mundo civilizado. Estes cidadãos percebiam que se a educação para uma nova mentalidade tinha de assentar em pressupostos diferentes, não se podia esperar que o Estado, por si só, resolvesse de vez os problemas estruturais. Urgia por isso que os melhores, no sentido daqueles que estivessem mais preparados nas diferentes áreas científicas se associassem e graciosamente ajudassem a elevar, pela ciência, arte, técnica, literatura, filosofia... todo um Povo conhecedor das suas tradições mas enterrado nos afazeres do dia a dia que lhe permitissem o sustento familiar, pudesse tomar contacto com a cultura humana que tinha ajudado a fundar a sua própria realidade.

Cortesão não se cansava de defender estas instituições que tanta dificuldade conheciam na sua implantação. Para vincar o papel que pensava estar reservado às Universidades Populares, continuará a sua caminhada no sentido de estabelecer para elas um lugar próprio. Para tanto, escreverá um artigo onde distingue as Universidades Livres, as Extensões Universitárias e as Universidades Populares. Acha que a Universidade Popular é diferente de uma Universidade Livre porque enquanto estas são Livres em relação ao Estado ou à Igreja, e as extensões universitárias são formadas dentro das próprias universidades sendo os seus professores pagos pelo Estado, as Universidades Populares não “se dedicam unicamente ao ensino superior, nem unicamente à difusão do espírito científico, pois ministrando sempre o ensino conforme as necessidades do público a que se dirigem pretendem realizar mais que isso uma obra de educação e acção social e nacional”²³.

E a preocupação por educar uma camada do Povo o mais ampla quanto possível, levou ainda Cortesão a concluir que em Portugal nunca houve Universidades Livres, e que elas não são precisas. Precisas são as Universidades Populares, essas sim, verdadeiros motores de desenvolvimento do

²³ *Idem*, "Universidades Livres, Extensões Universitárias, Universidades Populares", in *A Vida Portuguesa*, nº 4, Porto, 1912b, p. 26.

Povo português, pela divulgação em todas as suas camadas de uma educação cada vez mais ampla²⁴.

Cortesão, o intelectual diplomado, pensava para a realidade portuguesa uma estrutura de ensino popular semelhante à que tinha surgido em França, pela mão de Georges Deherme, operário tipógrafo, que sabendo da apetência dos indivíduos para opinarem sobre tudo, com pouco conhecimento de causa, e portanto justificando as suas opiniões num rol de equívocos e desinformação. Queria que a informação e o conhecimento nas suas diversas facetas chegassem a todos aqueles que os procurassem, para assim, após se transformarem a si mesmos, poderem transformar aquilo que os rodeava.

Conhecedor dos documentos que edificaram as Universidades Populares em França, e conhecedor da realidade portuguesa de então, apelava Cortesão para aquilo que nesses documentos fosse “útil para nós e realizável dentro das nossas forças”²⁵.

A generosidade idealista de Cortesão e seus pares, não o afasta da realidade em que vive. Se por um lado sente a necessidade de difundir o conhecimento por um número cada vez maior de indivíduos, por outro sabe que a concepção programática imbuída de muita generosidade e boa vontade, leva ao estabelecimento de um ideário fabuloso mas que na prática nenhum efeito terá.

Ao jeito da sabedoria popular sabe que não é aconselhável dar passos maiores que as pernas, tanto mais que estava convencido de que “para receber uma cultura intelectual geral, é mister possuir uma preparação igualmente geral, uma instrução primária muito sólida, capaz de excitar a curiosidade, e que a classe popular não tem”²⁶. Como pedir ao operariado, que labutava de sol a sol, vergando o corpo à responsabilidade de sustentar as famílias numerosas, disponibilidade acrescida para em horário pós laboral se reunir para escutar os doutos ensinamentos dos mestres que viviam do ensino e da investigação?

Tal como na experiência francesa, os operários mostravam-se pouco receptivos às lições desta instituição, tanto mais que o analfabetismo era grande

²⁴ Cf. *Ibidem*.

²⁵ *Idem*, "Universidades Populares - como as Universidades Populares começaram em França", in *A Vida Portuguesa*, nº 5, Porto, 1912c, p. 34.

e a instrução primária sólida, só alguns a tinham adquirido. A consequência lógica era que a Universidade Popular do Porto, era muito frequentada, mas pelas classes médias, que para Cortesão também necessitavam de mais educação “e por isso professores, estudantes, comerciantes, militares, empregados de comércio, etc., etc., se aproveitam dessas lições”²⁷.

Ora parece ter havido aqui uma inversão dos objectivos próprios que estavam nos horizontes desta Universidade. O Povo humilde recusava adquirir a cultura que gratuitamente lhe ofereciam. Então que se aumentasse o saber daqueles que apesar de tudo já sabiam alguma coisa, ou já tinham tido a oportunidade de aprender alguma coisa. E entre o desejável e o possível, Cortesão ficava satisfeito de saber que o público da sua Universidade começava agora “a adquirir o espírito de tolerância pelas opiniões alheias, que tão necessário e próprio é nas criaturas, que sinceramente procuram a verdade”²⁸.

De certo modo falhada a primeira preocupação de educar os mais “mal educados” por desinteresse destes, os homens das Universidades Populares viraram os seus ensinamentos para os que as frequentavam, provenientes das classes mais abastadas e mais instruídas. Assim, o trabalho destes intelectuais servia apenas para consolidar e reciclar conhecimentos. Em vez de serem pólos educativos eram uma espécie de formação em serviço onde as aulas por serem leccionadas a turmas pequenas permitiam aos alunos “uma lição conversada, em que o professor vai guiando para a conquista da verdade as curiosidades que livremente inquiram, num desejo, numa ânsia fora de todas as peias”²⁹.

Como fica bem demonstrado por Cortesão os objectivos educativos das Universidades Populares, eram os mesmos que os da Renascença Portuguesa³⁰. Veja-se por exemplo o programa das aulas que Leonardo Coimbra se propôs leccionar, para perceber a talvez demasiada elaboração científica das mesmas,

²⁶ *Idem*, "As Universidades Populares - a Universidade Popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, nº 6, Porto, 1913a, p. 41.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*, p. 42.

²⁹ *Idem*, "As Universidades Populares - As classes médias e a nossa Universidade popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, nº 8, Porto, 1913b, p. 58.

tendo em consideração o público a que se dirigiam, o operariado quase analfabeto³¹.

Fortalecer o espírito lusitano era para estes homens tarefa indissociável da aquisição do conhecimento que a humanidade vem consagrando ao longo dos tempos. Tanto mais que somos indivíduos lusos, e por isso ecuménicos e universalistas, ainda que o ecumenismo não seja uma preocupação destes homens na altura tão encarniçados com o legado judaico cristão e a herança jesuítica na educação dos povos, mas preocupados em ensinar a história das religiões, com o objectivo de fortalecer a moralidade dos homens.

Entre aquelas que foram as virtudes do seu ideário não posso deixar de referir a preocupação manifesta por um ensino estético, que a tradição quer antes quer depois tanto tem desprezado, ou desconsiderado. Pela estética e história da arte queria Cortesão “realizar uma obra que entre nós tem sido assaz desprezada: educar o poder da emoção em frente de todas as manifestações do Belo, enriquecendo assim a personalidade com a largueza de âmbito e uma simpatia e vibratibilidade que são das mais altas e gozosas virtudes que o homem pode possuir”³².

Tendo sido de certo modo frustrados os objectivos iniciais desta associação preferencialmente dirigida a um público, mas frequentada por outro, parecem ter causado algum impacto negativo as palavras menos elogiosas de Cortesão sobre o absentismo operário das sessões da Universidade Popular. Os operários, estavam mais interessados em saber como mudar para melhor as suas difíceis condições de vida do que deixarem de dormir ou de estar com a família para irem ouvir lições meramente teóricas. E a ilustrar o facto é que os operários apenas se interessaram durante um ano por uma lição sobre a comuna de Paris. Saber mais não era um meio para viver melhor, pois a questão para eles mais premente era a económica³³. E a este movimento custava-lhe saber que o

³⁰ Cf. *Idem*, "As Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa", in *A Vida Portuguesa*, nº 10, Porto, 1913c.

³¹ Cf. Coimbra, Leonardo, "A Universidade Popular do Porto", in *Dispersos II. Filosofia e Ciência*, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1987.

³² Cortesão, Jaime, *Ibidem*, in *A Vida Portuguesa*, nº 10, Porto, 1913c, p. 74.

³³ Cf. *Ibidem*, "A Universidade Popular e o operariado", in *A Vida Portuguesa*, nº 19, Porto, 1913d.

operariado “não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro”³⁴.

É certo que os homens mais cultos também são Povo, mas são um Povo mais instruído. E era este o público que vinha aderindo às Universidades Populares como se mostra na abertura da UP de Vila Real, embora se insistisse na ideia de que esta Universidade que buscava criar o homem livre se propunha “dar ao Povo a consciência do espírito Português, a fim de lhe polarizar as energias no sentido de realizar um alto ideal colectivo, juntamente patriótico e humanitário”³⁵. Se um distrito mais cosmopolita como o do Porto, viu a UP deserta de elementos da classe operária, imaginamos o que se teria passado em Vila Real, cidade de interior que vivia mais virada para a agricultura, onde os corpos dos trabalhadores regressavam suados e vergados ao cansaço do trabalho que frequentemente se estendia pela noite dentro. Não me parece de todo correcta a observação de Cortesão ao considerar que “Se é lícito atribuir à fadiga causada por um excesso de trabalho o abandono a que os operários votam a sua educação, motivo tantas vezes por eles invocado, podemos e devemos afirmá-lo, com a certeza de estarmos na verdade, que esse abandono é principalmente causado pelos defeitos ou carência de educação”³⁶.

E os defeitos educativos encontravam-nos estes homens logo na instrução primária “que salvo raríssimas excepções, é atrasada, rudimentar, precária e ineducativa”³⁷

Era este o ambiente vivido no seio da UP. Querendo contribuir para o fortalecimento do sentido pátrio, estes homens julgavam ser necessário um investimento maior na causa educativa.

Cortesão acaba esta série de artigos sobre as UP, continuando a assumir-se como porta voz da Renascença para esta causa, reconhecendo o atraso do nosso país face aos de mais e criticando o pouco apreço que os portugueses

³⁴ *Idem*, "As Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa", in *A Vida Portuguesa*, nº 10, 1913c, p. 145.

³⁵ *Idem*, "Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e o problema da instrução primária", in *A Vida Portuguesa*, nº 21, Porto, 1914a, p. 1.

³⁶ *Ibidem*..

³⁷ *Ibidem*.

nutrem pela sua Nação e pelo seu património, chegando a afirmar que a cultura portuguesa é mais apreciada e estudada nos países estrangeiros do que pelos portugueses. Para obviar a tamanhas carências diz que o seu movimento não deixará “de pugnar pelo ensino da história e da história da literatura, como meio educativo nacionalizante, absolutamente indispensável nas nossas Universidades Populares”³⁸.

Mas a discussão acerca do papel da Universidade Popular, continuará.

Lembremos a posição de um outro homem da Renascença associado às Universidades Populares, José Teixeira Rego, que se pronunciará sobre o estatuto e o papel destas em artigos provenientes de uma palestra e inseridos na mesma revista no ano de 1914. A sua posição é de crítica ao papel que estas universidades vão desempenhando. Por um lado critica a posição que defende ou equipara a Universidade Popular a um liceu, perfilhando a ideia de que realmente os alunos a que se destina não têm conhecimentos para cursar medicina, direito, etc. Por outro lado também não partilha a ideia dos que defendem a inclusão do ensino técnico na seio das mesmas, pois elas não foram pensadas como escolas profissionais. E finalmente critica aqueles que defendem um papel estritamente universitário para estas Universidades³⁹.

Proporá então, em defesa da ideia de Universidade Popular proposta pela Renascença que esta enverede por “um ensino misto – secundário por cursos regulares, semelhantes aos dos liceus, e superior por meio de conferências mais ou menos acessíveis, mais ou menos frequentes, sobre os mais altos ramos do saber humano”⁴⁰. E esta seria a melhor solução, pois Teixeira Rego acredita que “o português não é, em geral, um homem de acção, mas um contemplativo, um homem de pensamento. E os estudos regulares com boa disciplina e boa aplicação, só podem ser seguidos por homens de acção”⁴¹.

Este programa deve preferencialmente ser dirigido a todos que não tendo tido sucesso nos estudos, os abandonaram precocemente não perderam a

³⁸ *Idem*, "Universidades Populares - Nacionalismo e cosmopolitismo", in *A Vida Portuguesa*, nº 22, Porto, 1914b, p. 9.

³⁹ Cf. Rego, Teixeira, "Universidades Populares", in *A Vida Portuguesa*, nº 28, Porto, 1914a, pp. 61-62.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 62.

⁴¹ *Ibidem*.

vontade de se instruir. Por isso propõe como metodologia que o curso “seja breve e pouco trabalhoso, atendendo à idade dos alunos... e a possibilidade de outras ocupações dos estudantes”⁴². A restante metodologia ao preocupar-se com os vários ramos do saber tem de atender ao facto de ensinar as disciplinas propedêuticas do saber como sejam a matemática para as ciências e o grego para as letras.

Para concluir

Os ganhos na educação dos indivíduos que o decorrer do século passado garantiu, não têm resolvido os problemas culturais da maioria dos povos. Há mais indivíduos a saber ler, escrever e contar, bem como um maior número de alunos no ensino superior, mas quererá isto dizer que alcançaram um nível de intelectualidade razoável e que o sentimento de pertença a uma cultura e civilização se têm fortalecido? Ao aumento da frequência universitária corresponde uma fragmentação do saber que vai arrastando os homens para ilhas de conhecimento cada vez mais restritas. Por outro lado, o mercado económico tem evoluído até uma concentração exagerada dos meios de comunicação social que são hoje os fazedores de opinião, mas uma opinião rápida e pronta a servir, logo imprecisa e incorrecta.

Como a questão económica no mundo ocidental tem vindo a melhorar a vida das pessoas, estas cada vez se embrenham mais na teia do consumo e parecem preocupar-se apenas com a amortização dos juros que a banca lhes vai quebrando.

Quem sabe hoje não pode, e quem pode sabe apenas das cotações de mercado e da forma como uma actividade inútil multiplica exponencialmente os seus rendimentos. Paga-se a técnica e a engenharia financeira e despreza-se todo o saber teórico em que a humanidade foi escrevendo a sua história.

Os homens da Renascença queriam avivar o interesse dos indivíduos portugueses pelas questões que à Pátria diziam respeito e daí alargar o seu conhecimento à cultura humana na qual a nossa se deveria fundar.

⁴² *Idem*, "Universidades Populares III", in *A Vida Portuguesa*, nº 30, Porto, 1914b, p. 73.

Conviria perguntar se a melhor maneira de pretensamente educar o mais amplo quanto possível o Povo, passará por um sistema de ensino e aprendizagem mais ou menos definido? Porque não desvalorizar o conhecimento feito e ir ao encontro dos anseios mais profundos das populações? Porque não partir da realidade própria a cada um e nela fundar uma pedagogia diferenciada que não precise de escolas nem de currículos prévios, que não precise de professores nem de alunos?

Se os sofistas ganharam a Sócrates porque não reinventar outros Sócrates e outros Cristos, que nada escreveram e nada se preocuparam em tornar preceito de uma melhor educação. A educação que acompanha a vida tem de ser reinventada apesar da complexidade dos tempos no sentido de levar o Outro a trilhar os caminhos sempre perseguidos da Verdade.

Referências bibliográficas

- AA VV, *Revista portuguesa de educação*, vol. 13, nº 2, Braga, Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 2000.
- Coimbra, Leonardo, "A questão Universitária", in *Obras de Leonardo Coimbra*, vol. I, selecção, coordenação e revisão de Sant'anna Dionísio, Porto, Lello & Irmão, 1983, pp. 605-627.
- Coimbra, Leonardo, "A Universidade Popular do Porto", in *Dispersos II. Filosofia e Ciência*, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1987, pp. 66-72.
- Cortês, Jaime, "As Universidades Populares - sua missão e necessidade em Portugal", in *A Vida Portuguesa*, nº 3, Porto, 1912a, pp. 19-20.
- Cortês, Jaime, "Universidades Livres, Extensões Universitárias, Universidades Populares", in *A Vida Portuguesa*, nº 4, Porto, 1912b, pp. 25-26.
- Cortês, Jaime, "Universidades Populares - como as Universidades Populares começaram em França", in *A Vida Portuguesa*, nº 5, Porto, 1912c, pp. 33-34.
- Cortês, Jaime, "As Universidades Populares - a Universidade Popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, nº 6, Porto, 1913a, pp. 41-42.
- Cortês, Jaime, "As Universidades Populares - As classes médias e a nossa Universidade popular do Porto", in *A Vida Portuguesa*, nº 8, Porto, 1913b, pp. 58-59.

- Cortesão, Jaime, "As Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa", in *A Vida Portuguesa*, nº 10, Porto, 1913c, pp. 73-74.
- Cortesão, Jaime, "A Universidade Popular e o operariado", in *A Vida Portuguesa*, nº 19, Porto, 1913d, p. 145.
- Cortesão, Jaime, "Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e o problema da instrução primária", in *A Vida Portuguesa*, nº 21. Porto, 1914a, p. 1.
- Cortesão, Jaime, "Universidades Populares - Nacionalismo e cosmopolitismo", in *A Vida Portuguesa*, nº 22, Porto, 1914b, p. 9.
- Fernandes, Rogério, "Cortesão e a Universidade Popular do Porto", in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2ª série, vol. 1, nº 1-2, Lisboa, 1986, pp. 31-52.
- Gago, José Mariano, "Elogio da Superioridade: uma ideia feroz de Universidade", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 67-77.
- Gonçalves, Joaquim Cerqueira, "Universidade, Humanidade e Cidadania", in AA. VV., *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1999, pp. 9-17.
- Morujão, Alexandre Fradique, "Universidade", in AA. VV., *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. 5, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1992, cols 332-336.
- Neves, Marlene Oraide, "Paradigmas da educação de adultos: o caso das Universidades Populares da Iª República", in *Prof. Dr. José Ribeiro Dias – Homenagem*, Braga, UM-IEP Universidade do Minho, 2000, pp. 477-492.
- Oakeshott, Michel, "A ideia de Universidade", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 21-34.
- Pita, António Pedro, "O Poder de Saber - Competência e Cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1989, pp. 249-273.
- Portela, António Gouvêa, "Sociedades. Elites. Gestores", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 91-115.

- Ramos, Rui, *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso), vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Rego, José Teixeira, "Universidades Populares", in *A Vida Portuguesa*, nº 28, Porto, 1914a, pp. 61-62.
- Rego, José Teixeira, "Universidades Populares III", in *A Vida Portuguesa*, nº 30, Porto, 1914b, p. 73.
- Renaud, Michel, "A Universidade na sociedade actual", in AA. VV., *Revista Portuguesa de Filosofia*, 52, Braga, Faculdade de Filosofia da UCP, 1996.
- Ricoeur, P, "É importante manter, desde o início, a dimensão política da educação", in Kechikian, A, (org.), *Os filósofos e a educação*, trad., Lisboa, Colibri, 1993, pp. 71-76.
- Rosa, Manuel Carmelo, "Apontamentos para a evolução do conceito de Universidade em Portugal", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 3, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 127-155.
- Samuel, Paulo, *A Renascença Portuguesa - um perfil documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1991.
- Simão, José Veiga, "A importância das elites", in AA. VV., *Colóquio - Educação e Sociedade*, 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 127-138.